RESUMO EXPANDIDO (PÚBLICO GERAL/NÃO ASSOCIADOS AKB) / EXTENDED ABSTRACTS (NON AKB MEMBERS) - ÁREA 3. MÉTODO, TEORIAS ECONÔMICAS HETERODOXAS E HISTÓRIA ECONÔMICA

# A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

*Diogo Anselmo Ribeiro (diogo.ribeiro@sou.unifal-mg.edu.br)*

*Débora Juliene Pereira Lima (deborajplima@gmail.com)*

*Bernardo Pádua Jardim De Miranda (bernardo.miranda@unifal-mg.edu.br)*

Dilma Rousseff foi a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Ela assumiu o governo em 2011, em um contexto marcado por expectativas de continuidade do modelo de crescimento econômico com inclusão social que caracterizou o período anterior. Em 2014, foi reeleita para o segundo mandato em meio a um ambiente econômico e político significativamente mais adverso. De modo geral, a conjuntura econômica do governo Dilma Rousseff foi caracterizada pela instabilidade e por intensos debates acerca da condução da política macroeconômica.

Do ponto de vista da política econômica, o governo Dilma Rousseff manteve o arcabouço do tripé macroeconômico implementado no Brasil a partir de 1999, composto pelo Regime de Metas de Inflação, pela busca de superávits fiscais primários e pelo regime de câmbio flutuante com intervenções pontuais do Banco Central. Embora o arcabouço do tripé macroeconômico tenha sido formalmente mantido, houve mudanças relevantes em sua operacionalização ao longo do governo, associadas à chamada “Nova Matriz Macroeconômica”.

Segundo Nader (2018), esse novo paradigma buscava corrigir distorções estruturais crônicas, como a persistente taxa de juros elevada, a valorização da moeda nacional e o declínio da indústria. Em um primeiro momento, a iniciativa visava também injetar estímulo na demanda interna, que mostrava sinais de enfraquecimento. Diversos autores apontam que, embora a estrutura institucional tenha sido preservada, sua condução passou por importantes inflexões, quando o crescimento econômico e a recuperação da indústria passaram a ocupar papel central na formulação da política macroeconômica (Singer, 2015).

Considerando a importância desse período para a economia brasileira e os desdobramentos políticos dessa conjuntura, este estudo tem o objetivo de analisar a política monetária, fiscal e cambial de 2011 a 2016, permitindo mapear diferentes interpretações sobre o desempenho da economia brasileira. Além disso, visa responder à pergunta: as políticas econômicas implementadas pelo governo Dilma Rousseff desempenharam papel importante para a conjuntura econômica do período e para o desdobramento do processo de impeachment? Para isso, serão analisados os dados de Formação Bruta de Capital Fixo, gasto do governo para financiamento do setor privado via BNDES, as contas públicas, além da trajetória da taxa de câmbio e da taxa de juros de 2011 a 2016.

Esse período da história contemporânea do Brasil se destaca pela instabilidade política e econômica que culminaram no processo de impeachment e que ainda é um tema de intensa controvérsia entre analistas. Um dos pontos centrais da discordância é com relação à estratégia sobre a taxa de juros (Nader, 2018). Inicialmente, a autoridade monetária iniciou uma fase de cortes agressivos na taxa básica, levando-a a um patamar historicamente baixo por um tempo (Singer, 2015). Contudo, essa política foi rapidamente revertida, resultando em juros que, ao final do primeiro mandato, superaram os níveis iniciais (Martins, 2022). Essa flutuação na Selic é um reflexo da falta de consenso e da natureza experimental da política econômica implantada.

Com relação à política monetária, o governo adotou uma estratégia mais flexível com relação ao Regime de Metas de Inflação, combinando o uso da taxa Selic com instrumentos macroprudenciais e promovendo, em um primeiro momento, a redução dos juros, posteriormente revertida diante de pressões inflacionárias e perda de credibilidade. Na política fiscal, observou-se uma trajetória marcada por políticas expansionistas, com aumento dos gastos públicos, ampliação das desonerações tributárias e intervenções regulatórias,

que geraram tensões com o setor privado e contribuíram para o agravamento do desequilíbrio fiscal.

A política cambial tentou ampliar a busca por maior competitividade industrial, com a desvalorização do câmbio em 2011, acompanhada pela diversificação de instrumentos regulatórios e controles sobre fluxos de capitais. Dadas essas medidas de política econômica, pode-se dizer que o período de 2011 a 2016 foi marcado por forte instabilidade econômica e por oscilações no caráter da política econômica, ora expansionista, ora contracionista.

Abreu et al. (2014) argumentam que a economia brasileira estava fundamentalmente limitada por uma série de restrições estruturais que impediam a expansão da oferta. Entre os fatores identificados estavam o crescimento lento da produtividade, as severas deficiências em infraestrutura, a insuficiência generalizada de novos investimentos, a baixa competitividade no mercado externo e a carga tributária excessiva (Casto; Camara, 2017). Tudo isso culminou para uma profunda crise política e um cenário econômico de retração do PIB, inflação elevada e perda do apoio parlamentar e do empresariado. Essa instabilidade culminou para o processo de impeachment de Dilma.

As razões para o processo de impeachment se sustentam, portanto, no fato do modelo de crescimento econômico (que funcionou durante o governo Lula) ter demonstrado sinais de esgotamento em grande medida por conta do cenário econômico internacional. A pressão dos empresários contra os aumentos dos impostos e de parte da população brasileira que iam para as ruas protestar também instigou os parlamentares a determinar a queda do governo. De forma geral, pode-se concluir que a combinação entre inflexões na condução da política macroeconômica, restrições estruturais da economia brasileira, deterioração das expectativas e intensificação da instabilidade política contribuíram para o enfraquecimento do desempenho econômico e para a perda de apoio ao governo, compondo o pano de fundo para o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. de P. et al. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014

CASTRO, G. H. L.; CAMARA, Marcia Regina Gabardo. A gestão das políticas macroeconômicas do governo Dilma Rousseff (2011-2016). Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, v. 25, n. 1, 2017.

NADER, G. A economia política da política monetária no Primeiro Governo Dilma: uma análise sobre taxa de juros, convenção e rentismo no Brasil. Economia e Sociedade, v. 27, n. 2, p. 547-575, 2018.

SINGER, A. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Revista novos Estudos, n. 102, p. 39–67, jul. 2015

Palavras-chave: política macroeconômica; instabilidade econômica; crise política.